

CLIPPING

Veículo: Jornal da Ciência **Data:** 03/08/2012 **Pág:** Online

Inpe aponta redução de 23% no desmatamento da Amazônia Legal

O Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), apontou redução de 23% no desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2011 e julho de 2012, em comparação com os 12 meses anteriores.

Os dados, apresentados nesta quinta-feira (2) no Ministério do Meio Ambiente, indicam devastação de uma área de 2.049 metros quadrados (m²), 630 m² inferior à registrada no último levantamento.

Conforme o estudo do Deter, todos os estados da Amazônia Legal mantiveram ou reduziram a taxa de desmatamento, com exceção de Roraima. O Maranhão registrou a maior redução (67%), seguido de Amazonas (45%), Acre (42%) e Pará (42%).

"Ainda que os dados do Deter não sejam uma boa métrica do desmatamento anual como um todo, eles indicam uma tendência e, aparentemente, temos no último ano um movimento de queda", avaliou o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Carlos Nobre.

Segundo a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o estado do Amazonas reduziu 45% de seu ritmo de desmatamento graças a estratégias de inteligência, mediante um trabalho conjunto entre o Ibama, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Força Nacional de Segurança, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal (PRF). Os alertas gerados pelo Deter, enviados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), orientam a fiscalização e o controle da derrubada da floresta pelo governo federal.

Cbers-3 - A expectativa é de que as limitações do Deter - dificuldade de monitorar territórios cobertos por nuvens e incapacidade de detectar áreas de desmate inferiores a 25 hectares - devem diminuir após o lançamento do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (Cbers-3), previsto para o final do ano. "Com isso, poderemos contar com uma informação em muito mais alta resolução espacial, que vai se aproximar da análise do Prodes", explicou o secretário do MCTI. "E vamos ter monitoramento constante, semanal e, um pouco mais para frente, a cada dois, três dias", acrescentou o secretário do MCTI.

Além do Cbers-3, o Inpe investe em outras frentes para aumentar a precisão do monitoramento na Amazônia. "Existe, ainda, margem para grandes melhorias nos

sistemas", disse o diretor do Inpe, Leonel Perondi. "Temos projetos que buscam aprimorar tanto o Prodes, que é de 1988, quanto o Deter, de 2004".

Segundo Nobre, monitoramento e fiscalização da Amazônia não resolvem, sozinhos, o problema do desmatamento - condição para que o Brasil atinja suas metas de redução da emissão de carbono até 2020. "Essa redução continuada, duradoura e permanente exige um novo modelo de desenvolvimento", afirmou. "E políticas públicas têm buscado incessantemente esse modelo, a exemplo de dois programas a serem anunciados pelo MCTI, com o MMA e a Embrapa", concluiu.